



Investindo nas populações rurais

República Federativa do Brasil

Projeto Dom Helder Câmara II
Empréstimo FIDA 1100001620



Tipo de relatório: Relatório de Revisão do Meio Termo
Relatório N°: 4846-BR
Data: Agosto de 2018



Investindo nas populações rurais

República Federativa do Brasil

Projeto Dom Helder Câmara, segunda fase

Relatório de Revisão do Meio Termo

Relatório principal e apêndices

Período da missão: 23 de julho a 3 de agosto de 2018
Data do documento: 3-Aug 2018
Nº do projeto 1100001620
Nº do Relatório: 4846-BR

Divisão da América Latina e Caribe
Departamento de Administração de Programas

Foto da capa: A felicidade estampada no rosto deste avô é fruto da expectativa na melhoria de vida graças às ações do PDHC 2, que possibilitarão um avanço na sua produção de milho, utilizada para o consumo e venda do excedente. Como consequência deste incentivo, o aumento da sua renda e melhoria na qualidade de vida familiar!

O FIDA investindo na agricultura familiar para colher sorrisos!

Comunidade Caraúbas, Sobral, Ceará. Foto: R. Dias

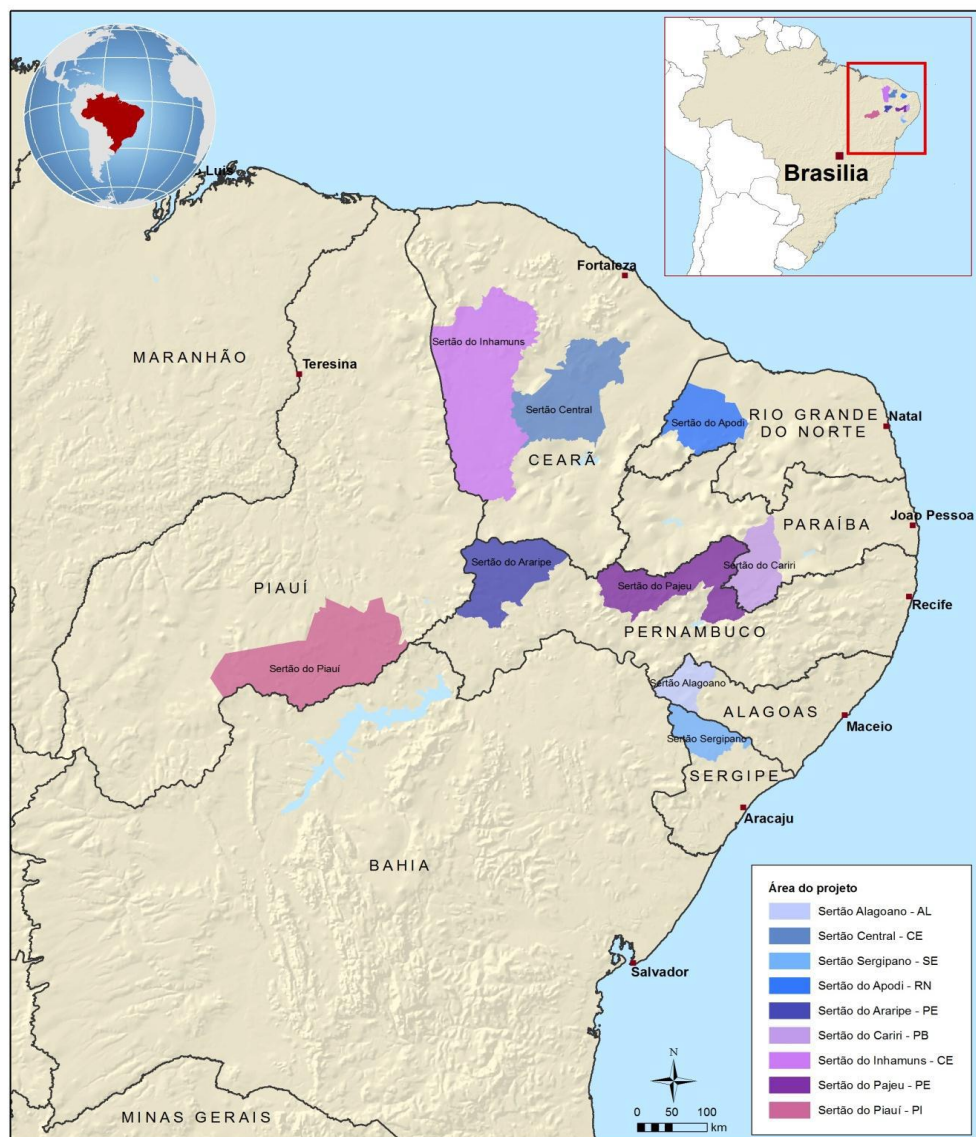
Cover picture: The happiness stamped on this grandfather's face is the result of the expectation in the improvement of life thanks to the actions of the PDHCII. These measures will enable development in its corn production which is used for the self-consumption and surplus marketing. As a consequence, increasing their income and improving the family's quality life!
IFAD investing in smallholders to reap smiles!

Community of Caraúbas, Sobral, Ceará. Photo: R. Dias

Índice

| | |
|--|----|
| Mapa da área inicial do projeto | i |
| Mapa da área atual do projeto | ii |
| A. Visão geral do Projeto | 1 |
| B. Avaliação Geral | 2 |
| C. Objetivos da missão e principais conclusões | 3 |
| D. Visão geral e avanço do projeto | 4 |
| E. Implementação do Projeto | 5 |
| F. Conclusão/ Aspectos Adicionais | 10 |
| | |
| Apêndice 1: Financial: Actual financial performance by financier; by component and disbursements by Category | 11 |
| Apêndice 2: Physical progress measured against AWP&B | 14 |
| Apêndice 3: Compliance with Legal Covenants: Status of Implementation | 17 |
| Apêndice 4: Technical Background Analysis | 24 |
| Apêndice 5: Mission Preparation and Planning, TORs, Schedules, People met | 26 |

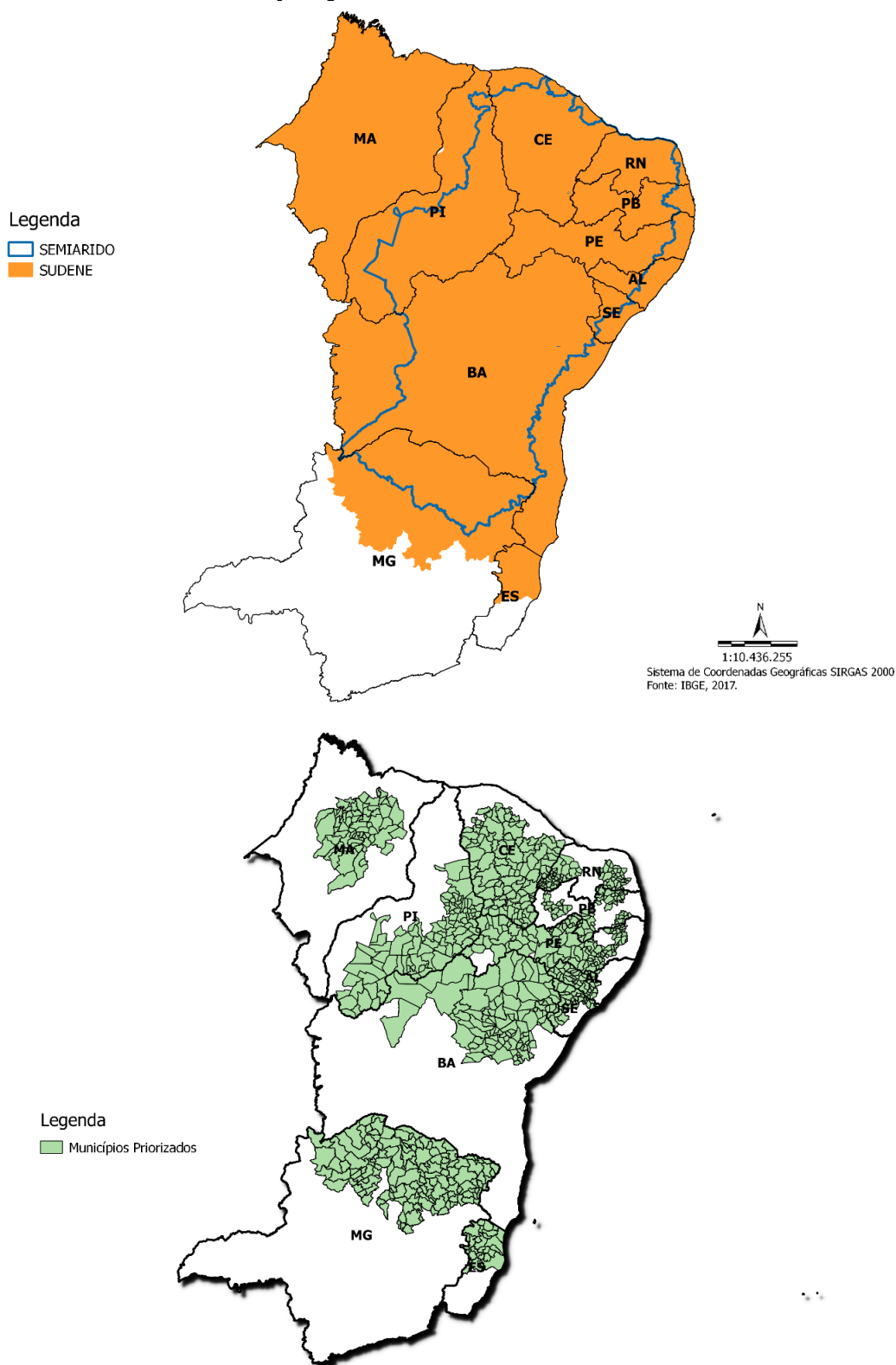
Mapa da área inicial do projeto



A apresentação do material deste mapa e as designações utilizadas não implicam na expressão de opinião do FIDA sobre qualquer julgamento de fronteiras, limites geográficos ou de autoridades relacionadas ao mapa.

Mapa elaborado pelo FIDA | 23-05-2013

Mapa da área atual do projeto*



*Área atual depende de aprovação da SEAIN e FIDA. O processo está em trâmite.

Visão geral do Projeto

| | | | |
|-------------------|---|------------------------------------|-------------------|
| Region: | Latin America and the Caribbean | Project at Risk Status: | Not at risk |
| Country: | Brazil | Environmental and Social Category: | B |
| Project Name: | Policy Coordination and Dialogue for Reducing Poverty and Inequalities in Semi-Arid North-east Brazil | Climate Risk Classification: | not available yet |
| Project Id: | 1100001620 | Executing Institution: | not available yet |
| Project Type: | Rural Development | Implementing Institutions: | not available yet |
| CPM: | Claus Reiner | | |
| Project Director: | not available yet | | |
| Project Area: | not available yet | | |

| | | | |
|---------------------------------|-------------------|--------------------------|------------|
| Approval Date | 11/12/2013 | Last audit receipt | 29/09/2017 |
| Signing Date | 30/06/2014 | Date of Last SIS Mission | 02/03/2018 |
| Entry into Force Date | 22/08/2014 | Number of SIS Missions | 8 |
| Available for Disbursement Date | 22/08/2014 | Number of extensions | 0 |
| First Disbursement Date | 06/02/2015 | Effectiveness lag | 8 months |
| MTR Date | not available yet | | |
| Original Completion Date | 30/09/2020 | | |
| Current Completion Date | 30/09/2020 | | |
| Financial Closure | not available yet | | |

Project total financing

| | | |
|------------------------------|---------------------|---------------|
| IFAD Financing breakdown | | |
| | IFAD | \$2,999,999 |
| | Beneficiaries | \$25,200,000 |
| Domestic Financing breakdown | | |
| | National Government | \$44,005,000 |
| | Other Domestic | \$38,095,000 |
| Co-financing breakdown, | | |
| | Spanish Fund | \$15,000,000 |
| Project total financing | | \$125,299,999 |

Current Mission

Mission Dates:
 Days in the field:
 Mission composition:
 Field sites visited:

A. Avaliação Geral

| Key SIS Indicator #1 | Ø | Rating | Key SIS Indicator #2 | Ø | Rating |
|---|---|--------|---|---|--------|
| Likelihood of Achieving the Development Objective | | | Assessment of the Overall Implementation Performance | | |
| Effectiveness and Developmental Focus | 4 | | Project Management | | 3 |
| Effectiveness | 4 | | Quality of Project Management | | 4 |
| Targeting and Outreach | 4 | | Knowledge Management | | 4 |
| Gender equality & women's participation | 4 | | Value for Money | | 3 |
| Agricultural Productivity | 4 | | Coherence between AWPB and Implementation | | 3 |
| Nutrition | 3 | | Performance of M&E System | | 4 |
| Adaptation to Climate Change | 3 | | Requirements of Social, Environmental and Climate Assessment Procedures (SECAP) | | 3 |
| Sustainability and Scaling-up | 4 | | Financial Management and Execution | 4 | |
| Institutions and Policy Engagement | 4 | | Acceptable Disbursement Rate | 2 | |
| Partnership-building | 4 | | Quality of Financial Management | 4 | |
| Human and Social Capital and Empowerment | 4 | | Quality and Timeliness of Audit | 2 | |
| Quality of Beneficiary Participation | 3 | | Counterparts Funds | 6 | |
| Responsiveness of Service Providers | 4 | | Compliance with Loan Covenants | 3 | |
| Environment and Natural Resource Management | 4 | | Procurement | 4 | |
| Exit Strategy | 3 | | | | |
| Potential for Scaling-up | 4 | | | | |
| Relevance | 4 | | | | |

B. Objetivos da missão e principais conclusões



Investindo nas populações rurais

Memorando

República Federativa do Brasil

Projeto Dom Helder Câmara segunda fase (PDHC II)

Missão de revisão de Meio Termo: 23 de julho a 03 de agosto de 2018

Antecedentes e objetivo principal da missão

1. O PDHC II teve seu contrato assinado em 11 de agosto de 2014 e se tornou efetivo em 22 de agosto do mesmo ano. O fechamento do Projeto será em **30 de setembro de 2020** e o encerramento em 31 de março de 2021.
2. Para acompanhar o Projeto, o FIDA realizou a revisão de meio termo (RMT) entre 23 de julho e 03 de agosto de 2018 tendo realizado visitas aos estados de Pernambuco e Ceará, além de reuniões em Brasília com o Governo Federal. Durante a missão, houve reuniões na UGP em Recife e com vários parceiros chaves incluindo agências públicas de ATER (IPA, EMATER-PB, EMATERCE e AGERP), entidades de ATER do terceiro setor (Centro Sabiá e CACTUS), visitas a duas comunidades beneficiárias no Ceará nos municípios de Madalena e Sobral, além de reuniões com o Governo Federal incluindo a SEAD, ANATER, MDS, Tesouro Nacional, SEAIN, UnB e BNDES.
3. O presente Memorando reflete os principais acordos e entendimentos da Missão de modo a garantir a integral execução do Projeto nos próximos 2 anos. O FIDA agradece a todo o apoio, colaboração e cooperação para realização dos trabalhos, em particular a organização do programa e da agenda.

Acordos chave e conclusões

4. Desde a última missão de supervisão realizada em setembro de 2017, o PDHC II demonstrou importantes avanços garantindo sua saída da categoria de "risco", embora alguns desafios e pendências importantes ainda permaneçam. Entre os principais avanços vale remarcar:
 - i. Contrato de Gestão com ANATER operacional e com contratos com entidades públicas em execução em 9 dos 11 estados (exceto MG e BA);
 - ii. Contratação (finalizada ou em vias finais) via Edital de chamada pública de 11 entidades privadas ou do terceiro setor por meio de Contrato de Gestão da ANATER;
 - iii. TED com UNB operacional e com 97 agentes de campo contratados e capacitados para pesquisa, monitoramento e para aplicação da Linha de Base no segundo semestre;
 - iv. 70% de famílias já cadastradas nas Empresas Públicas e boa focalização na seleção;
 - v. Comitê Gestor e Comitê Executivo estabelecidos;
 - vi. Viabilização do fomento para atividades produtivas do BSM por meio do MDS para 17.800 famílias em 2018 e início dos encaminhamentos para garantir o atendimento do BSM para mais famílias em 2019 e 2020;
5. Em termos dos principais desafios para 2018, a missão acordou o seguinte com a SEAD:
 - i. Realizar a auditoria de 2017 e entregar o relatório final o mais breve possível e não ultrapassar o dia 30/12/2018

- ii. Garantir a integralidade do orçamento de 2018 na fonte FIDA (R\$ 13,8 milhões) e para 2019 (R\$ 36 milhões) e a necessária contrapartida;
- iii. Solicitar a SEAIN a expansão da área do Projeto e emenda ao Contrato de Empréstimo;
- iv. Realizar a linha de base com o seu relatório finalizado e entregue até 31/12/2018;
- v. Preparar um workshop de alinhamento entre os parceiros de ATER do PDHC II incluindo agências públicas, entidades privadas e do terceiro setor;
- vi. Elaborar um Manual de operação do Contrato de Gestão com a ANATER;
- vii. Acelerar o processamento de desembolsos tendo em vista que ainda está muito baixa (16%).

C. Visão geral e avanço do projeto

6. **Aspectos institucionais:** Desde a última missão o arranjo institucional do Projeto evolui bastante: Contrato de Gestão com a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), Termo de Execução Descentralizada (TED) com a Universidade de Brasília (UNB), Convênio com o Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA), contratos assinados com empresas públicas de ATER dos estados de abrangência e empresas privadas e da sociedade civil. Houve também acordos com o MDS para identificar as famílias que serão beneficiárias com recursos do fomento (R\$ 2.400 / família). Essa diversidade traz um potencial de atuação do Projeto muito relevante e traz, por outro lado, também uma certa complexidade.

7. Um desafio do PDHC II é garantir uma uniformidade e sintonia nos serviços prestados e em particular com a ATER. De fato, a diversidade institucional da implementação que ao mesmo tempo constitui uma riqueza baseada na complementaridade, apresenta também alguns riscos. Entre os principais podemos mencionar que a forma de atuação varia demasiadamente em função dos estados e das entidades implementadoras. O desafio então é conseguir manter uma unidade na implementação do Projeto que seja também adaptada à diversidade geográfica da área de intervenção. Para isso, a missão recomenda que as modalidades de implementação, sejam definidas e ajustadas na base da concertação e da transparência entre as diversas instituições envolvidas no Projeto. A realização de um workshop de alinhamento é algo que ficou acordado entre FIDA, ANATER e SEAD.

8. A entrada em funcionamento dos Comitês (Executivo e Gestor) contribuirá sem dúvida neste sentido. Porém, em complementaridade ao CE e CG, é necessário definir também em nível central e em cada estado, momentos operacionais relativamente frequentes, que permitam troca de experiência, concertação e alinhamento permanente.

9. **Serviços de ATER:** A missão considera que há possíveis riscos que devem ser abordados: i) processos de diagnósticos demasiadamente demorados provocando uma postergação de ações de ATER e Investimentos; ii) Possíveis diferenças entre os serviços prestados pelas agências públicas e os serviços prestados por empresas privadas e organizações da sociedade civil; iii) nível de conhecimento insuficiente, pelos técnicos, das políticas públicas acessíveis pelo grupo-alvo, bem como conhecimentos insuficientes de experiências bem-sucedidas, iv) pouca articulação com outros parceiros; v) Falta de sincronização entre as ações de ATER e a implementação dos investimentos e o tempo de ATER insuficiente para realizar um apoio adequado aos investimentos; vi) e nível de conhecimento distinto sobre os objetivos e metodologia do PDHC II.

10. Foram acordados os seguintes pontos: i) Ações e atividades de nivelamento e harmonização através de workshops e capacitações do PDHC II com os atores institucionais, os coordenadores e técnicos das agências públicas e das empresas e organizações contratadas; ii) garantir que a ATER, tenha uma incidência sobre o acesso às políticas públicas, o desenvolvimento de estratégias sócio produtivas da família e a replicação de propostas bem-sucedidas e inovadoras iii) O DATER preparará, até o 31 de outubro de 2018, um Manual de Operação detalhado para a prestação de serviços de ATER no campo, como parte do aditivo ao Contrato de Gestão com a ANATER; iv) O PDHC II promoverá um espaço de intercâmbio, em cada Estado, para permitir diálogo entre as entidades prestadoras de serviços; v) O PDHC irá solicitar ao MONITORA relatórios e informações específicas em caso de detectar riscos de manifestação de algumas das dificuldades mencionadas no parágrafo anterior.

11. **Desenvolvimento da produção sustentável e acesso aos mercados:** Considerando o perfil dos beneficiários em situação de pobreza extrema, a missão verificou que o PDHC II por meio da ATER, conjugado em alguns casos ao fomento do MDS, apresenta um grande potencial para melhorar as condições de vida das famílias beneficiárias.

12. Existem muitas fragilidades elementares nos sistemas de produção e na organização dos beneficiários. Neste contexto a missão recomenda que a ATER focalize seu apoio para: i) melhorar as técnicas de base utilizadas nos sistemas de produção familiares, ii) fortalecer atividades produtivas e geração de renda para mulheres e jovens, iii) melhorar as condições de acesso ao mercado.

13. Na agenda dos técnicos de campo é fundamental priorizar a elaboração de proposta para as famílias que poderão acessar recursos do fomento, na perspectiva que elas tenham o maior tempo possível de ATER junto aos investimentos produtivos realizados.

14. Sendo que o recurso disponível para o fomento permite beneficiar aproximadamente um terço das famílias, foi identificada a possibilidade de aumentar o recurso por via de **emenda parlamentar**, com potencial para dobrar o número de famílias nos anos 2019 e 2020. Isso ficou acordado entre FIDA, SEAD e MDS e serão realizadas tratativas visando a concretização da proposta.

15. O apoio à produção e acesso a mercados significa também que a ATER possa permitir que os beneficiários conheçam e acessem programas e políticas governamentais (obtenção de DAP para todos os beneficiários, programas de sementes, produção forrageira, pequena irrigação, etc.).

16. **Produção de mudas de palma forrageira:** essa ação por meio do IPA acordada na missão anterior, todavia, não se iniciou, acumulando um atraso de oito meses. Foi acordado que seria atualizado até o 15/08/2018 o plano de trabalho que considera o calendário agrícola de produção e de plantio. Foi concordado que todos os detalhes operacionais de entrega e distribuição da palma nos estados seriam colocados num manual.

17. **Focalização e Expansão da área de abrangência:** A missão verificou que o mecanismo de focalização aplicado pelo PDHC II permite atingir a população-alvo com características de pobreza e pobreza extrema. No entanto, o mecanismo de cadastramento das famílias, bem como a aplicação dos critérios de elegibilidade, pode gerar uma segregação nas comunidades entre as famílias atendidas pelos serviços do PDHC II e famílias não-atendidas mesmo atendendo os critérios do projeto. Esta situação pode ser agravada num futuro próximo, quando algumas famílias terão acesso a recursos de fomento. Esta situação tem de ser mitigada o quanto antes.

18. Concorde-se que o PDHC II, buscará medidas cabíveis para evitar essa segregação, transmitindo essas orientações aos coordenadores e técnicos e solicitando às agências públicas estaduais e empresas privadas e organizações, uma proposta operativa que permita planejar, executar e registrar ações (por exemplo, por meio de capacitações) que possa chegar à toda comunidade ou, pelo menos, a uma boa parte dela, no entanto a SEAD destaca que esta ação depende da concordância das instituições parceiras locais, bem como da capacidade destas dentro do valor acordado previamente.

19. **Área de abrangência:** É necessário formalizar o mais rapidamente possível, a definição da área de intervenção do projeto para 11 Estados e um total de 913 municípios. Esta expansão foi acordada em 2016, através de um memorando assinado entre o SEAD e o FIDA e deve agora ser formalmente aprovada através dos canais institucionais pertinentes (SEAIN e FIDA). O FIDA solicitou que isso fosse feito o quanto antes devido aos extensos trâmites para aditar o contrato. A SEAD indicou que poderá considerar pedir uma extensão do prazo de execução do PDHC II o que também levaria a uma emenda do contrato.

D. Implementação do projeto

a. Gestão do Projeto

20. **Qualidade da gestão do Projeto:** O Projeto demonstrou uma sensível melhora no seu nível de gestão e administração. A CGPP/SDR/SEAD e a UGP em Recife têm tomado uma postura bastante proativa de modo a garantir a execução do Projeto e o cumprimento das metas e acordos. Vale sublinhar que as Portarias 231 e 233 de abril de 2018 estabelecem formalmente o Comitê Executivo e o Comitê Gestor do Projeto e são um passo decisivo na sua governança. O FIDA recomenda que as reuniões dos Comitês sejam realizadas com regularidade

de modo a consolidar o processo consultivo de implementação do Projeto. Além disso, um desafio importante para a gestão será integrar as equipes do MONITORA nos estados e no campo, para garantir uma interlocução clara e complementares com os parceiros do Projeto principalmente as agências públicas estaduais, as empresas privadas e entidades do terceiro setor bem como de serviço aos beneficiários.

21. **Gestão do Conhecimento**: O PDHC II e a missão concordam que, a partir do último trimestre de 2018, o PDHC II deverá ter uma proposta de planejamento das atividades de gestão do conhecimento e divulgação de informações. Essas atividades deverão utilizar os relatórios e banco de dados dos provedores de serviços, o trabalho do MONITORA (Unb) e realizar estudos especiais em parceria com instituições públicas e privadas. Centrar-se-ão em: i) sistematização e intercâmbio de experiências bem-sucedidas; ii) diálogo entre o projeto e as instituições setoriais; iii) Comunicação e divulgação. Neste sentido, também é aconselhável valorizar e revitalizar o site do PDHC. Por intermédio do MONITORA será potencializada a participação do PDHC nas ações do Programa Semear de Gestão do Conhecimento (FIDA/IICA). Também será explorada a possibilidade de participar e integrar o PDHC II nas ações previstas pelo acordo SEAD-FAO, para gestão do conhecimento.

22. **Revisão da relação qualidade/preço**: O estágio de implementação do Projeto ainda não permitiu verificar a qualidade da prestação dos serviços contratados, devido a execução ter iniciado recentemente. Os valores e indicadores contratuais estão, a princípio, condizentes com a quantidade de estados a serem atendidos pelo Projeto e a realidade do mercado.

23. **Coerência entre o POA e a implementação do projeto**: O POA de 2018 inclui as atividades e investimentos necessários para executar as ações planejadas. Além disso, inclui investimentos que apoiam a operação das atividades da ANATER e do TED com a UnB. A execução está sendo realizada em conformidade com o POA, tanto em termos de atividades, assim como de custos.

24. **Avanços em relação ao POA**: Até o presente momento, a execução financeira do POA de 2018 é extremamente baixa, onde o valor previsto de R\$ 53.849.682,95, foi executado apenas R\$ 898.932,93, ou seja, 1,6%. Nas metas de 2018 consta alcançar 35.000 famílias beneficiadas por ATER, e outras atividades que irão beneficiar as mesmas famílias. Atualmente, 31.575 famílias estão sendo beneficiadas pelas ações do Componente 02, graças aos recentes convênios realizados com as entidades de ATER. Os demais componentes, não houve ações com inclusão de beneficiários. A execução física-financeira do POA 2018 está em 12% devido aos recentes convênios realizados com as entidades de ATER.

25. **Monitoramento e Avaliação (M&A) e linha de base**: Atualmente, na equipe de M&A há dois profissionais com dedicação parcial, onde desempenham outras responsabilidades além do M&A.

26. **Revisão do Marco Lógico (ML)**: O ML atualizado fará parte do apêndice 02 deste memorando, e estará no sistema de M&A do FIDA Brasil. Cabe ao Projeto a responsabilidade de mantê-lo atualizado com os dados referentes aos alcances das metas, inclusive nos indicadores de resultados.

27. **Sistema de monitoramento SGA**: A missão verificou que o sistema SGA, elaborado e implementado pela ANATER, está operante e sendo utilizado pelas entidades de ATER. Ficou acordado que o SGA será atualizado, e será capaz de fornecer informações sobre os recursos financeiros captados pelos beneficiários em relações às políticas públicas acessadas no decorrer do Projeto, desembolsos, entre outras informações.

28. **Projeto Monitora**: Executado via Termo de Execução Descentralizada (TED) com a UNB, tem como objetivo de auxiliar na avaliação e no monitoramento de políticas públicas da agricultura familiar integradas de assistência técnica e extensão rural, comercialização, fomento produtivo individual e fomento produtivo coletivo no âmbito das ações do Projeto. Com um total de 82 agentes de campo e 11 coordenadores estaduais e 4 nacionais (total de 97 colaboradores), além de executar a linha de base e avaliação final de impacto, deverá auxiliar a SEAD na avaliação e no monitoramento de políticas públicas, dando apoio aos técnicos de ATER. O FIDA recomenda que os agentes de campo desenvolvam outras atividades além de aplicar questionários, por exemplo, auxiliar na articulação do Projeto com outras intervenções locais, sendo informado pela SEAD que está sendo providenciado.

29. **Linha de Base (LB)**: A LB está em processo inicial de execução. Com um total de 82 agentes de campo e 11 coordenadores estaduais e 4 nacionais, todos estão aptos para início imediato das atividades de pesquisa em

30. campo. A RMT destaca a preocupação com este tema, uma vez que as ações do Projeto foram iniciadas e a LB ainda não está concluída. Fica acordado que o Projeto não medirá esforços para sanar este problema e que, **pelo menos a etapa de campo estará finalizada em até 90 dias (para 07 estados), a partir do início da pesquisa em campo e até 45 dias adicionais para os estados da Bahia e Minas Gerais.**

31. Relatório Técnico de Progresso (RTP): O RTP referente ao 1º semestre de 2018 foi entregue no prazo estipulado.

32. Revisão do Procedimento de Análise Social, Ambiental e Climático (SECAP): No momento da elaboração do projeto não foi exigido elaborar a nota SECAP. Pelo pequeno porte das ações apoiadas pelo projeto, não há riscos de impactos ambientais negativos.

33. A missão recomenda que: i) os temas relacionados com a gestão sustentável dos recursos naturais nos sistemas de produção sejam abordados durante todas as capacitações (técnicos e público beneficiário) e ii) que práticas ambientalmente sustentáveis, como práticas agroecológicas sejam parte integrante da assessoria técnica dispensada aos beneficiários.

34. Estratégia de saída: O PDHC II não tem uma estratégia de saída definida. O projeto deve incluir na estratégia de implementação e operações no campo, especialmente para a ATER, uma perspectiva de sustentabilidade. No entanto, no caso da ATER fornecida pelo setor público, há perspectivas de sustentabilidade e continuidade. Já no caso de empresas privadas é improvável que haja continuidade. Em ambos os casos, o PDHC II, a partir de 2019, deve exigir das empresas públicas e privadas, um planejamento de atividades que incluam uma proposta de "como" pode ser alcançada uma conclusão eficiente e eficaz das atividades contratadas, com uma perspectiva de sustentabilidade, consolidação e apropriação. Foi mencionada a possibilidade de fortalecer a colaboração com o FIDA de modo a vislumbrar um possível PDHC III ou um Programa Dom Helder. Isso será tratado ao longo de 2018 e 2019 de acordo com os avanços da execução e desembolso.

b. Gestão financeira e execução

35. Desembolsos: Dos dois financiamentos FIDA foi desembolsado o valor total equivalente a **USD 2.581.318,58**, (16% do total do financiamento externo), sendo **USD 549.765,88** e **EUR 1.770.456,39**. **Há uma perspectiva de desembolso ainda no ano de 2018 de USD 6 milhões, elevando assim para 50 % a taxa de desembolso.** Verifica-se a necessidade de realocação das Categorias de Desembolso estabelecidas no Acordo de Empréstimo para contemplar o realinhamento das ações pactuadas. A missão acordou que a SEAD irá iniciar a partir desta missão, o processo para solicitação desta realocação junto à SEAIN e ao FIDA a fim de possibilitar o adequado desembolso.

36. Execução Financeira: A execução financeira do PDHC II até 30/6/2018 é de R\$ 54.769.439,00 equivalentes a USD 16.575.395,20 (13% do valor total), sendo 5% de fundos FIDA; 4% de fundos espanhóis; 19% de contrapartida do governo, sem aportes ainda da contrapartida dos beneficiários a ser apurada via ANATER. O PDHC II possui contratos com saldos a repassar no valor de aproximadamente R\$ 161 milhões (USD 43,5 milhões) em contratos com as empresas públicas e privadas de ATER, UNB e IPA.

37. Qualidade da gestão financeira: Os arranjos de gestão financeira requerem uma especial atenção devido à baixa execução e desembolsos, ao complexo fluxo dos recursos advindos de diversas fontes e moedas, da adequada previsão orçamentária, da regular realização de auditoria; e da fragilidade na geração de relatórios contábeis consolidados do Projeto por indisponibilidade de um sistema de gestão financeira específico para o PDHC II. Aliado a estes, há o desafio de estabelecer as rotinas para contabilização da contrapartida. A missão verificou que as ações para superar estes pontos estão sendo tomadas e vislumbra que, mantendo esta atenção, poderá, em pouco tempo chegar a um adequado nível de gestão financeira.

38. Organização e Pessoal: A equipe financeira é composta por um Gerente Administrativo-Financeiro na UGP, outros profissionais na SEAD e supletivamente pelo pessoal SPG/SEAD em Brasília, que cumprem as responsabilidades de gestão de orçamento, contabilidade e desembolsos.

39. Planejamento: O POA 2018 de R\$ 54 milhões, sendo R\$ 38 milhões FIDA e R\$ 16 milhões de Contrapartida não possui o necessário orçamento. Foram disponibilizados R\$ 24,2 milhões da fonte FIDA, e R\$ 2 milhões de contrapartida o que permite um razoável avanço nos acordos firmados, sendo ainda necessário R\$

40. 13,8 milhões da fonte FIDA. **A missão acordou com a SEAD que para o POA de 2019 serão necessários R\$ 33.8 milhões da fonte FIDA** e esta será a proposta mínima, além dos recursos de contrapartida.
41. **Controles Internos:** O Manual Financeiro é satisfatório, porém este será complementado a fim de refletir os fluxos quanto ao fluxo de informações dos aportes das contrapartidas. O DATER irá estabelecer um Manual Normativo no âmbito do Contrato com a ANATER para melhor governança e fluxo de informações.
42. **Conta Designada:** Sob a gestão da STN, na moeda do desembolso, seus recursos são internalizados em Reais mediante solicitação da SEAD/UGP. A missão se reuniu com a CONFIN/STN a fim de acompanhar a liquidez frente aos volumosos repasses à UNB e ANATER no 2º semestre de 2018. Avaliou que uma elevação do teto das contas faz-se necessária, que devido às pendências de auditoria, esta será apreciada internamente no FIDA.
43. **Contabilidade e relatórios:** A missão informou à UGP sobre as novas Diretrizes de Relatórios Financeiros do FIDA a serem aplicadas a partir de 2019 que estabelece um formato padrão de relatório.
44. **Fluxos de fundos:** Os fluxos de fundos do projeto possuem certa complexidade uma vez que os recursos tramitam da STN para a SEAD que por sua vez os repassa para as seguintes operações: i) para a UGP, para seus gastos; ii) para a ANATER que repassa às empresas públicas e privadas e retenção de sua taxa de administração; iii) para a UNB que repassa a uma Fundação credenciada, que por sua vez realiza gastos diretos e para uma cooperativa que provê agentes de campo para a projeto Monitora. A missão verificou os instrumentos de repasse e prestação de contas no nível da UNB/Fundação e percebeu satisfatória. A missão acordou com a UNB que esta fornecerá à SEAD um planejamento detalhado dos custos totais do TED, por ano, em especial sobre o contrato com a Cooperativa.
45. **Sistema de Gestão Contábil:** O Sistema SIAFI é suficiente para a realização de prestação de contas financeiras do uso de recursos da ação PDHCII/SEAD. Entretanto, devido ao grande volume de recursos, relatórios e adequada gestão, a missão recomenda a adequação do sistema do PDHC antigo ou a contratação de um sistema para a geração de relatórios gerenciais consolidados das diversas fontes de contrapartida, o acompanhamento da execução em relação ao POA e a implementação acumulada de toda a vida do Projeto. Esse sistema poderá ser coberto com o financiamento da fonte FIDA.
46. **Qualidade e pontualidade das auditorias:** O Relatório de Auditoria referente aos anos de 2014, 2015 e 2016 entregue após o prazo pactuado, em 30 de setembro de 2017 **com Opinião adversa**. A Opinião Adversa é emitida quando o auditor determina que as demonstrações financeiras de uma entidade auditada apresentam distorções relevantes e, quando consideradas como um todo, não se conformam com os Princípios Contábeis Estabelecidos. É considerado o oposto de um parecer sem ressalvas ou limpo, essencialmente, afirmando que a informação contida é materialmente incorreta, não confiável, e imprecisa, a fim de avaliar a posição financeira e os resultados das operações da entidade auditada. O FIDA e os governos não aceitam demonstrações financeiras de uma entidade auditada se o auditor emite um parecer desfavorável e, solicitam ao auditado para corrigir as demonstrações financeiras a fim de obter um outro relatório de auditoria. Considerando que o Projeto respondeu aos itens do Relatório a fim de proporcionar as informações apontadas que deram base à opinião adversa, o FIDA solicitou à Ciset um Relatório de Auditoria de 2014/15/16 complementar, a luz da manifestação do Projeto e uma nova avaliação e opinião dos auditores satisfatória ao FIDA, o que não ocorreu até o momento. A missão acordou que a SEAD, por meio de Controle Interno irá fazer gestão junto à Ciset para a regularização deste ponto.
47. Relativo à auditoria das contas de 2017, a Missão verificou que os trabalhos de auditoria ainda não foram iniciados e foi informada que a Ciset irá fazê-la no último trimestre de 2018 devido ao alto volume de trabalhos conferidos a esta Ciset em 2018. A missão esclareceu à SEAD sobre os ritos internos do FIDA quanto a indisponibilidade do referido relatório na data pactuada e seu limite para entrega que poderá gerar a suspensão dos desembolsos a partir de 2019. A missão vê com grande preocupação este ponto e acordou com a SEAD seu acompanhamento de perto junto à Ciset para que a auditoria seja realizada e seu relatório entregue antes deste limite.
48. A missão apresentou à SEAD as novas diretrizes do FIDA de Auditoria e Relatórios Financeiros a vigor a partir de 2019 relativa às contas de 2018 e solicitou que agende com a Ciset para a sua realização no primeiro trimestre de 2018 a fim de entrega do seu relatório até o prazo contratual de seis meses após o fim do ano fiscal (30/6/2019). Para tanto os termos de referência para 2018 serão acordados com o FIDA até 30/10/2018

49. **Fundos de contrapartida:** A contrapartida executada do PDHC II até 30/06/2018 foi de USD 15,8 milhões (15%), composta por recursos da SEAD da ação do PDHC e de aportes à ANATER. O PDHC possui aportes contratados de contrapartida no âmbito da ANATER de R\$ 103 milhões (USD 27,8 milhões) e das empresas públicas de ATER, R\$ 61 milhões (16,5 milhões), e a como previsão na sua matriz de investimentos os valores de USD 6,3 milhões de recursos da SEAD e USD 14,5 milhões via MDS/BSM, entre outras. Esta matriz alcança os recursos pactuados no contrato, excluindo os dos beneficiários. A missão acordou que a SEAD irá monitorar estes aportes para o alcance do valor pactuado.

50. A contrapartida dos beneficiários em sua maioria oriundos de acesso a crédito e a outras políticas públicas será apurada via SGA/ANATER, conforme acordado com a SEAD e a ANATER. Foi acordado também com a ANATER que irá prover no SGA relatório de execução financeira segundo o avanço dos aportes das contrapartidas das empresas públicas contratadas para envio à SEAD.

51. Para fins de contabilização da contrapartida de diversas fontes, foi acordado que a UGP/PDHC/SEAD irá articular um fluxo de informações dos responsáveis pela execução dessas outras fontes (por exemplo, DATER/SEAD, ANATER e MDS) de forma a apresentar relatórios periódicos dos pagamentos/repasses, em formulário próprio a ser disponibilizado pela UGP/PDHC, a fim a ser enviada ao FIDA por meio de Declarações de Gastos e para consolidação na contabilidade geral do Projeto.

52. **Cumprimento das cláusulas do Acordo de Empréstimo:** O PDHC está pendente quanto apresentação de relatório satisfatório ao FIDA relativos aos anos de 2014, 2015 e 2016; e quanto à realização e apresentação do relatório de auditoria do ano de 2017 cujo prazo findou em 30/6/2018. A previsão orçamentária correspondente ao POA acordado com o FIDA é outro ponto pendente de cumprimento. A missão identificou que ações estão sendo implementadas para o atendimento integral às cláusulas do Acordo.

53. **Revisão das aquisições:** O PDHC passou por atraso em sua implementação, iniciando seus processos de licitações somente em 2018, onde houve um avanço no âmbito do TED com a UNB. A missão identificou que a UNB contratou a Fundação de Apoio à Pesquisa (FUNAPE), entidade credenciada pela própria Universidade de Brasília por meio de seu regramento interno. A FUNAPE contratou por meio do Edital 001/2018 de Técnica e Preço a COOPERFRENTE, para realizar a coleta de dados sócio econômicos, ambientais, políticos, produtivos e informações legais com elaboração e relatórios. Esta seleção ocorreu com base no Decreto nº 8.241 de 21/05/2014. O Decreto menciona que as seleções públicas serão divulgadas no site eletrônico da fundação de apoio e no portal de compras do Governo Federal, porém, no processo administrativo foi identificada somente a publicação no site da FUNAPE. Houveram apenas duas proponentes que foram avaliadas tecnicamente, sendo vencedora a COOPERFRENTE, atendendo aos requisitos do edital. Foram licitados pela FUNAPE (i) a Ferramenta Tecnológica para avaliar e monitorar as políticas públicas de ATER no âmbito do PDHC, onde foi contratada a empresa WEBSIS, por menor preço global, com licitação divulgada no site da Fundação, e (ii) empresa de organização de eventos para apoiar as oficinas e capacitações nos onze estados de atuação do PDHC, cujo certame está em vias de adjudicação de proponente vencedora. A **missão recomenda** que caso haja outras contratações, que a FUNAPE dê divulgação mais ampla aos certames para o PDHC também no portal do Governo Federal, proporcionando assim maior concorrência.

54. Foi identificado na missão que os agentes de campo providos pela COOPERFRENTE responsáveis pela coleta de dados por meio de formulários digitais, não passaram por processo de seleção. Foram mobilizados nas regiões de atendimento do PDHC para serem cooperados e atuar para o PDHC II. A UGP informou que esta mobilização foi feita dentre os cooperados da COOPERFRENTE na região. A visita de campo durante a missão identificou que muitos cooperados não demonstravam perfil adequado para atuar com os beneficiários. Por isso, alguns já foram substituídos devido a esta não conformação, que é avaliada de forma sistemática. **A missão recomenda fortemente** que a COOPERFRENTE acompanhe a gestão desses serviços, zelando para que atuem no projeto técnicos em condições de formação e experiência adequadas às tarefas,

provendo a substituição dos identificados (como já ocorreu) como inadequados por não gerar os resultados previstos. Além disso, foi identificado que em alguns locais, os agentes de campo não atuam de forma integrada e em parceria com os técnicos de ATER, gerando desalinhamentos principalmente pelo entendimento equivocado sobre suas atuações, por entender que devem fiscalizar, a SEAD informou que juntamente com a ANATER está providenciando o envio de um ofício para as empresas públicas a fim de haver um alinhamento.

55. Grande atraso foi identificado no Convênio IPA, para fornecimento das Palmas para os beneficiários. A **missão recomenda** à UGP agilizar até o 17/08/2018 o termo de sessão de uso da terra, rever cronograma considerando prazo de plantio e entrega das palmas, com adequada logística e possibilidade de plantio por parte dos beneficiários.

E. Conclusões/ Aspectos Adicionais

56. O FIDA apresentou uma possibilidade de implementar um Fundo de Garantia de Crédito, a partir de uma proposta realizada pelo BNDES tanto ao FIDA quanto a SEAD. A SEAD e o FIDA manifestaram interesse em ouvir a proposta do BNDES e avaliar conjuntamente a pertinência da ação para o público beneficiário do PDHC. A ideia é que parte do público do PDHC tenha acesso ao crédito facilitado. A colaboração FIDA-SEAD-BNDES pode ter grande potencial neste aspecto além de ter um caráter inovador.

57. A missão reconhece de forma unânime avanços significativos e importantes desde a última missão de supervisão, tanto do ponto de vista da articulação institucional do Projeto como do início da atuação em campo e das várias ações colocadas em implementação. Isso significa que o PDHC II ganhou outro patamar e está em condições de entrar em ritmo acelerado de implementação. As previsões de desembolso e implementação permitem vislumbrar avanços ainda mais significativos até o final do ano.

58. Nesse horizonte, a SEAD manifestou junto ao FIDA, interesse numa possível solicitação de extensão de prazo que seria submetida em 2019, uma vez alcançados níveis de desembolso mais altos. A SEAD também manifestou interesse em possível aprofundamento da parceria com o FIDA por meio de uma terceira fase do PDHC ou da elaboração de um Programa Dom Helder. As tratativas para isso serão feitas em 2018 e 2019.

59. O FIDA também informou que está desenhando um novo projeto regional para o nordeste em colaboração com o Ministério da Fazenda, MDS, Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), BNDES e Banco do Nordeste (BNB), secretarias estaduais, e sociedade civil, com financiamento do Fundo Verde do Clima (GCF), e que será desenhado em outubro de 2018 tendo como componentes principais acesso à água e sistemas agroflorestais. Durante o processo de desenho e preparação da proposta, o FIDA efetuará consultas com a SEAD para alinhamento da proposta.

60. Finalmente, a SEAD irá formalizar o mais rapidamente possível a expansão da área do projeto (11 estados e 913 municípios) por meio dos canais institucionais pertinentes (SEAIN e FIDA) de modo que seja feita uma emenda do contrato de financiamento.

Brasília, 02 de agosto de 2018

Jefferson Coriteac

Secretário Especial da Agricultura
Familiar e Desenvolvimento Agrário
(SEAD), Ministério da Casa Civil

Hardi Vieira

Oficial de Programas
Fundo Internacional de
Desenvolvimento Agrícola (FIDA)

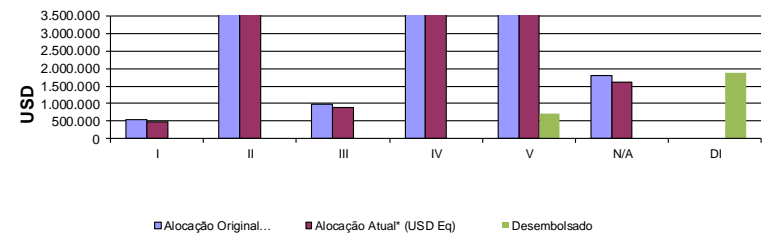
Appendix 1: Financial: Actual financial performance by financier; by component and disbursements by Category

| Tabela A: | | Execução Financeira por financiador | | 30/07/2018 | | |
|------------------------------|-------------------|-------------------------------------|----------------------|--------------------------|------------------|--------------------|
| Financiador | Moeda do contrato | Aprovado (USD equiv) | Atualizado* (USD) | Desembolsado (USD equiv) | % Valor original | % Valor atualizado |
| FIDA | SDR 2.000.000 | 3.000.000,0 | 2.833.995,6 | 549.765,88 | 18% | 20% |
| Fundo Espanhol | EUR 11.360.000 | 15.000.000,0 | 13.266.662,0 | 2.031.552,70 | 14% | 17% |
| Subtotal FIDA | | 18.000.000,0 | 16.100.657,6 | 2.581.318,58 | 14% | 16% |
| Governo Federal | USD 42.000.000 | 42.000.000,0 | 42.000.000,0 | 2.572.516,10 | 6% | 7% |
| Total Contrato (financeiro) | - | 60.000.000,0 | 58.100.657,6 | 5.153.834,7 | 9% | 9% |
| <u>Outras Contrapartidas</u> | | | | | | |
| Governo Indireta | USD 40.100.000 | 40.100.000,0 | 40.100.000,0 | 13.301.090,00 | 33% | 34% |
| Beneficiários | USD 25.168.325 | 25.168.325,0 | 25.168.325,0 | - | 0% | 0% |
| Subttotal outras CP | USD 65.268.325 | 65.268.325,0 | 65.268.325,0 | - | 0% | 0% |
| Total Geral | - | 125.268.325,0 | 123.368.982,6 | 18.454.924,68 | 15% | 15% |

* Variação cambial

| Tabela B: | Execução Financeira por financiador e componente (USD) - VALOR ATUALIZADO DEVIDO À VARIAÇÃO CAMBIAL | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|---|------------|-----|------------------------|------------|-----|------------|--------------|-----|------------|--------------|-----|-----------------------|---------------|-----|---------------|---------|----|----------------|---------------|-----|--|--|
| | | | | | | | 30/07/2018 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | FIDA | | | Fundo Espanhol(USD Eq) | | | Governo | | | Total | | | Outras Contrapartidas | | | Beneficiários | | | Total GERAL | | | | |
| Componente | Prev. | Realiz. | % | Prev. | Realiz. | % | Prev. | Realiz. | % | Prev. | Realiz. | % | Prev. | Realiz. | % | Prev. | Realiz. | % | Prev. | Realiz. | % | | |
| Comp 1: Diálogo, articulação de políticas públicas e disseminação de experiências inovadoras | 614.353 | - | 0% | 2.875.943 | - | 0% | 9.104.749 | | 0% | 13.006.784 | - | 0% | - | - | - | - | - | - | 13.006.784,00 | - | 0% | | |
| Comp 2: Desenvolvimento de capacidades organizativas | 648.615 | - | 0% | 3.036.334 | - | 0% | 9.612.517 | 776.504,40 | 8% | 13.732.167 | 776.504,40 | 6% | - | - | - | - | - | - | 13.732.167,00 | 776.504,40 | 6% | | |
| Comp 3: Desenvolvimento da produção sustentável e acesso a mercados | 1.088.611 | - | | 5.096.066 | - | 0% | 16.133.280 | | 0% | 23.047.543 | - | 0% | 40.100.000 | 13.301.090,00 | 33% | 25.168.325 | - | | 88.315.868,00 | 13.301.090,00 | 15% | | |
| Gerenciamento do Projeto | 340.079 | 149.765,88 | 44% | 1.591.999 | 552.023,22 | 35% | 5.040.000 | 1.040.267,95 | 21% | 7.200.000 | 1.742.057,05 | 24% | - | - | - | - | - | - | 7.200.000,00 | 1.742.057,05 | 24% | | |
| Planejamento, monitoramento e avaliação | 142.338 | - | 0% | 666.320 | - | 0% | 2.109.454 | 755.743,75 | 36% | 3.013.506 | 755.743,75 | 25% | - | - | - | - | - | - | 3.013.506,00 | 755.743,75 | 25% | | |
| Total | 2.833.996 | 149.765,88 | 5% | 13.266.662 | 552.023,22 | 4% | 42.000.000 | 2.572.516,10 | 6% | 60.000.000 | 3.274.305,20 | 5% | 40.100.000 | 13.301.090,00 | 33% | 25.168.325 | - | 0% | 125.268.325,00 | 16.575.395,20 | 13% | | |

| Tabela C: Desembolsos por Categorias (USD Equiv) - ATUALIZADO DEVIDO À VARIAÇÃO CAMBIAL | | | | | | | FIDA | I-2000000436 | 30/07/2018 | Gráfico 1: Desembolsos, comapração das alocações original, atual e desembolsos efetivos | | |
|---|---|-------------------------------|--------------------------|--------------|-------------|------------|-------|--------------|------------|---|--|--|
| | | Alocação Original (USD Equiv) | Alocação Atual* (USD Eq) | Desembolsado | PR Pendente | Saldo | % Des | | | | | |
| I | Bens, serviços, equipamentos, materiais e insumos | 532.342 | 476.246 | 0 | 0 | 476.246 | 0% | | | | | |
| II | Oficinas , encontros e capacitação | 5.093.556 | 4.556.455 | 0 | 0 | 4.556.455 | 0% | | | | | |
| III | Subvenções e subsidios para investimento produtivos | 996.866 | 891.609 | 0 | 0 | 891.609 | 0% | | | | | |
| IV | Acessoria Técnica e Estudos | 4.620.634 | 4.132.762 | 0 | 0 | 4.132.762 | 0% | | | | | |
| V | Custos operacionais | 4.957.923 | 4.434.688 | 701.789 | 0 | 3.732.899 | | | | | | |
| N/A | Não alocado | 1.798.680 | 1.608.898 | 0 | 0 | 1.608.898 | 0% | | | | | |
| DI | Depósito Inicial | | | 1.879.529 | 0 | -1.879.529 | | | | | | |
| | Total | 18.000.000 | 16.100.658 | 2.581.319 | 0 | 13.519.339 | 16% | | | | | |
| *Variação cambial = | | - 1.899.342,42 | | | | | | | | | | |



Appendix 2: Physical progress measured against AWP&B



AVANÇO DE INDICADORES RESPEITO DO POA(2018)




DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

ESTADO: GOVERNO FEDERAL

PROJETO: Dom Helder Câmara - Articulação e Diálogos sobre Políticas para Reduzir a Pobreza e Desigualdade no Nordeste Semiárido

MÊS DE AVANÇO: Julho

| Resumo Descritivo | Dados do Indicador | | | | | | | | | | | Meios de Verificação | Supostos |
|---|--------------------|---|---|-------------------|----------------------|---------------|---------|-------|----------------|-------------------|-------|--|---|
| | Código | Nome do indicador | Semáforo POA 2018 | Unidade de Medida | Frequência de medida | Meta POA 2018 | Efetivo | % | Objetivo Final | Efetivo Acumulado | % | | |
| META Contribuir para a redução da pobreza e a desigualdade rural no Nordeste Semiárido | 00.00.01 | Aumento de 35% nos ativos das famílias beneficiárias de Assessoria técnica e investimentos produtivos (RIMS 3º nível). | | | Semestral | 0 | 0 | 0,00 | 0 | 0 | 0,00 | Estatísticas oficiais; • Estudo de base; • Estudo de base; M&A/RIMS, avaliação final; • Avaliação final; | • Continuidade das políticas públicas e programas que apoiam a redução da pobreza rural |
| | 00.00.02 | Redução de 70% na pobreza extrema entre beneficiários de investimentos produtivos | | | Semestral | 0 | 0 | 0,00 | 70 | 0 | 0,00 | | |
| | 00.00.03 | Redução de 30% na pobreza extrema (de 40% para 28%) no fim do projeto na área de cobertura do projeto (ODM) | | | Semestral | 0 | 0 | 0,00 | 30 | 0 | 0,00 | | |
| OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO Contribuir para a redução da pobreza e desigualdade rural no Nordeste Semiárido melhorando a articulação de políticas de desenvolvimento rural, acesso da população às políticas públicas e formulação de políticas públicas mediante ampliação de inovações | 00.00.04 | 74.000 famílias rurais na área do projeto serão beneficiadas por melhor informação sobre políticas e programas públicos; dentre elas, 45.000 terão acesso aos mesmos |  | | Mensal | 35.000 | 31.575 | 90,21 | 74.000 | 31.575 | 42,67 | Estatísticas oficiais; • Estudo de base; • Estudo de base; M&A/RIMS, avaliação final; • Avaliação final; | • Continuidade das políticas públicas e programas que apoiam a redução da pobreza rural |
| | 00.00.05 | 27.000 famílias beneficiadas por assessoria técnica aumentam sua produção agrícola em média de 25% no fim do projeto | | | Mensal | 0 | 0 | 0,00 | 27.000 | 0 | 0,00 | | |
| | 00.00.06 | 50% dos beneficiários do projeto são mulheres |  | | Mensal | 17.500 | 11.195 | 63,97 | 37.000 | 11.195 | 30,26 | | |
| | 00.00.07 | 243.000 famílias beneficiarias de projetos cofinanciados pelo FIDA e executados pelos governos estaduais se beneficiam indiretamente pela adoção de inovações nesses projetos geradas pelo PDHC | | | Mensal | 0 | 0 | 0,00 | 243.000 | 0 | 0,00 | | |
| | 00.00.08 | Aproximadamente um milhão de famílias rurais em situação de pobreza e extrema pobreza se beneficiam indiretamente de melhores políticas e programas | | | Mensal | 0 | 0 | 0,00 | 1.000.000 | 0 | 0,00 | | |
| Componente 1 – Diálogo sobre políticas, articulação de políticas públicas e ampliação de inovações RESULTADO 01.01: Políticas públicas para reduzir a pobreza e desigualdade melhoradas | 01.01.01 | Melhores políticas de desenvolvimento rural sustentável para a população pobre devido à experiência do Project e adoção de metodologias inovadoras do projeto | | | Mensal | 0 | 0 | 0,00 | 0 | 0 | 0,00 | Estatísticas oficiais; • M&A/RIMS; • Relatórios dos Colegiados Territoriais; • Estudos qualitativos e quantitativos, inclusive sobre Relatórios de supervisão; | • Continuidade das políticas públicas e programas que apoiam a redução da pobreza rural • Ambiente propício à articulação de políticas públicas e programas no MDA e Colegiados Territoriais. |
| | 01.01.02 | Melhor articulação de políticas públicas nos estados de atuação do Projeto. | | | Mensal | 0 | 0 | 0,00 | 0 | 0 | 0,00 | | |
| 01.02 - Fortalecimento do funcionamento e eficácia de espaços de articulação de políticas e programas | 01.02.01 | Maior participação de organizações da sociedade civil nos Colegiados Territoriais | | | Mensal | 0 | 0 | 0,00 | 0 | 0 | 0,00 | | |

| | | | | | | | | | | | | | |
|---|-------------|---|---|--|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|---|---|
| | 01.02.02 | Aumento do valor/número de projetos de investimento, infraestrutura e serviços. | | | Mensal | 0 | 0 | 0,00 | 0 | 0 | 0,00 | | |
| | 01.02.03 | Aumento de 30% no número de representantes de mulheres e comunidades tradicionais participantes em instâncias colegiadas. | | | Mensal | 0 | 0 | 0,00 | 30 | 0 | 0,00 | | |
| 1.3 - Metodologias inovadas e alternativas de produção aperfeiçoadas | 01.03.01 | 24 sistematizações de experiências ou boas práticas | | | Mensal | 0 | 0 | 0,00 | 0 | 0 | 0 | | |
| | 01.03.02 | 6 metodologias inovadoras adotadas por órgãos públicos e pelo menos 1 metodologia inovadora adotada por cada projeto cofinanciado pelo FIDA no nordeste | | | Mensal | 0 | 0 | 0,00 | 6 | 0 | 0 | | |
| 1.4 - Capacidades técnicas locais de diálogo e articulação de políticas melhoradas | 01.04.01 | 250 provedores de AT com capacidades melhoradas. |  | | Mensal | 250 | 447 | 178,80 | 250 | 447 | 178,80 | | |
| | 01.04.01.01 | Sendo pelo menos 50% mulheres. |  | | Mensal | 125 | 0 | 0,00 | 125 | 0 | 0,00 | | |
| Componente 2 – Desenvolvimento das capacidades organizacionais RESULTADO 02.01: Comunidades rurais, assentamentos da reforma agrária e organizações ou associações, especialmente mulheres e jovens, mobilizadas e suas capacidades desenvolvidas. | 02.01.01 | 27.000 famílias mobilizadas e com capacidades desenvolvidas | | | Mensal | 0 | 0 | 0,00 | 27.000 | 0 | 0,00 | Estatísticas oficiais; • Estudo de base; M&A/RIMS, avaliação final; • Informação estatutária e relatórios dos Colegiados Territoriais; • Estudos qualitativos e quantitativos, inclusive sobre gênero; • Relatórios de supervisão | Continuidade das políticas públicas e programas que apoiam a redução da pobreza rural |
| | 02.01.02 | 54 comunidades quilombolas e indígenas beneficiadas pelo Projeto. | | | Mensal | 0 | 0 | 0,00 | 54 | 0 | 0,00 | | |
| | 02.01.03 | 6.000 líderes de comunidades rurais capacitados | | | Mensal | 0 | 0 | 0,00 | 6.000 | 0 | 0,00 | | |
| 2.2 - População rural informada sobre programas e políticas públicas | 02.02.01 | 9 programas de rádio, 6 vídeos, e 12 livretos sobre políticas e programas públicos elaborados, transmitidos e disseminados. | | | Mensal | 0 | 0 | 0,00 | 27 | 0 | 0,00 | | |
| 2.3 - Organizações beneficiárias do projeto fortalecidas | 02.03.01 | 300 organizações comunitárias participam em instâncias colegiadas. | | | Mensal | 0 | 0 | 0,00 | 300 | 0 | 0,00 | | |
| 2.4 - Participação das organizações de mulheres fortalecidas | 02.04.01 | 450 grupos de mulheres (incluindo 4.500 mulheres) estabelecidos e operacionais | | | Mensal | 0 | 0 | 0,00 | 450 | 0 | 0,00 | | |
| 2.5 - Capacidades e oportunidades para os jovens melhoradas | 02.05.01 | Pelo menos 1.100 jovens com maiores capacidades devido à participação em oportunidades de estudo e capacitação | | | Mensal | 0 | 0 | 0,00 | 1.100 | 0 | 0,00 | | |
| Componente 3 – Desenvolvimento sustentável da produção e acesso aos mercados RESULTADO 03.01: Produção agropecuária sustentável dos agricultores familiares transformada e melhorada | 03.01.01 | 60.000 famílias acessam AT. |  | | Mensal | 35.000 | 31.575 | 90,21 | 60.000 | 31.575 | 52,63 | Estatísticas oficiais; • Estudo de base; M&A/RIMS, avaliação final; • Informação estatutária e relatórios dos Colegiados Territoriais; • Estudos qualitativos e quantitativos, inclusive sobre gênero; • Relatórios de supervisão | • Alocação oportuna de recursos da contrapartida • Provedores continuam propícios à entrega serviços de AT • Secas no limite aceitável e continuidade de investimentos em acesso a água |
| | 03.01.01.01 | Dos quais 17.700 acessam fundos não reembolsáveis (programa Brasil Sem Miséria (BSM)) | | | Mensal | 0 | 0 | 0,00 | 17.700 | 0 | 0,00 | | |
| | 03.01.01.02 | 13.500 acessam crédito | | | Mensal | 0 | 0 | 0,00 | 13.500 | 0 | 0,00 | | |
| | 03.01.01.03 | Pelo menos 80% aumentam sua produção | | | Mensal | 0 | 0 | 0,00 | 48.000 | 0 | 0,00 | | |
| | 03.01.01.04 | Pelo menos 20.000 famílias diversificam seus sistemas produtivos. | | | Mensal | 0 | 0 | 0,00 | 20.000 | 0 | 0,00 | | |
| 03.02 - Novas tecnologias e práticas inovadoras adotadas | 03.02.01 | Pelo menos 16.200 famílias adotam novas práticas tecnológicas | | | Mensal | 0 | 0 | 0,00 | 16.200 | 0 | 0,00 | | |
| | 03.02.02 | Pelo menos | | | Mensal | 0 | 0 | 0,00 | 20.000 | 0 | 0,00 | | |

| | | | | | | | | | | | | | |
|--|----------|---|--|--|--------|---|---|------|--------|---|------|--|--|
| | | 20.000 famílias introduzem pelo menos um novo produto | | | | | | | | | | | |
| | 03.02.03 | 4.500 mulheres, 1.100 jovens, 260 famílias (26 grupos) de comunidades indígenas, e 280 famílias (28 grupos) de comunidades quilombolas realizam novas atividades geradoras de renda | | | Mensal | 0 | 0 | 0,00 | 28 | 0 | 0,00 | | |
| | 03.03.01 | Pelo menos 10.800 famílias acessam programas de compras públicas (PAA, PNAE) | | | Mensal | 0 | 0 | 0,00 | 10.800 | 0 | 0,00 | | |
| | 03.03.02 | Pelo menos 2.700 famílias acessam mercados diferenciados (orgânico, comércio justo). | | | Mensal | 0 | 0 | 0,00 | 2.700 | 0 | 0,00 | | |

APPENDIX 03: COMPLIANCE WITH LEGAL COVENANTS: STATUS OF IMPLEMENTATION

Cumprimento das cláusulas contratuais: estado de implementação (Missão de Revisão de Meio Termo de 23/7 a 3/8/2018)

1. Arranjos de Aquisições

O PDHC foi desenhado para ter uma execução descentralizada da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD). Seu arranjo de aquisições envolve a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), por meio de contrato de gestão; a Universidade de Brasília (UNB), por meio de um Termo de Execução Descentralizada (TED) e o Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA), por meio de um Convênio.

A ANATER é responsável por promover assistência técnica e extensão rural para o PDHC e promove isso por meio de seu quadro próprio de pessoal, como também por meio de licitação (Chamada Pública) para contratação de provedoras de assistência técnica rural.

A UNB, para viabilizar as contratações previstas no âmbito do TED contratou a Fundação de Apoio à Pesquisa (FUNAPE), por ser entidade credenciada em seu regramento. Essa por sua vez licitou e contratou a COOPERFRENTE para fornecer pessoal para realizar a coleta de dados sócio econômicos, ambientais, políticos, produtivos e informações legais e elaboração de relatórios no âmbito do semiárido brasileiro distribuídos em 11 estados sendo: Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, localizados em 913 municípios em até 60.000 (sessenta mil) famílias.

O IPA, por meio de seu convênio com a SEAD, deverá fornecer Palma Forrageira para os beneficiários do PDHC.

2. Arquivos dos registros das licitações e documentação suporte

A missão analisou os documentos no âmbito do TED com a UNB, apresentados pela FUNAPE. Todos os documentos analisados estavam devidamente atuados e organizados.

3. Gestão de contratos

Foi identificado na missão que os agentes de campo providos pela COOPERFRENTE responsáveis pela coleta de dados por meio de formulários digitais, não passaram por processo de seleção. Foram mobilizados nas regiões de atendimento do PDHC para serem cooperados e atuar para o PDHC II. A UGP informou que esta mobilização foi feita dentre os cooperados da COOPERFRENTE na região. A visita de campo durante a missão identificou que muitos cooperados não demonstravam perfil adequado para atuar com os beneficiários. A COOPERFRENTE informou que alguns já foram substituídos devido a esta não conformação. A SEAD informou que ocorre avaliação de forma sistemática para verificação da qualidade dos serviços. A missão recomenda fortemente que a COOPERFRENTE acompanhe a gestão desses serviços, zelando para que atuem no projeto técnicos em condições de formação e experiência adequadas às tarefas, provendo a substituição dos identificados como inadequados por não gerar os resultados previstos. Além disso, foi identificado que em alguns locais, os agentes de campo não atuam de forma integrada e em parceria com os técnicos de ATER, gerando desalinhamentos principalmente pelo entendimento equivocado sobre suas atuações, por entender que devem fiscalizar. A SEAD informou que juntamente com a ANATER está sendo providenciando o envio de um ofício para as empresas públicas a fim providenciarem esse alinhamento. A missão recomenda que o mesmo seja feito com a COOPERFRENTE, por meio da UNB.

Grande atraso foi identificado no Convênio IPA, para fornecimento das Palmas para os beneficiários. A missão recomenda à UGP agilizar até o 17/08/2018 o termo de sessão de uso da terra, rever cronograma considerando prazo de plantio e entrega das palmas, com adequada logística e possibilidade de plantio por parte dos beneficiários.

4. Plano de Ação para fortalecimento dos aspectos de Aquisições

Com o objetivo de fortalecer a ação prevista para o IPA a missão realizou reunião com a equipe do IPA em Recife para identificar os gargalos sobre a execução e com a Assessoria Jurídica da SEAD em Brasília.

Na reunião em Recife foi identificado que o atraso se dá por questões de cunho jurídico, pois o IPA precisa, para dar andamento à atividade prevista para o PDHC, renovar seu termo de sessão de uso da terra antes.

A portaria 424 do MPOG, artigo 23, parágrafo 2º, letra “E” exige o mínimo de 20 anos de prazo de concessão para o uso da terra no Termo de Sessão de Uso. O termo assinado entre o IPA e o DENOX, dono da terra onde ocorrerá o plantio, menciona o uso por 5 anos renovável e dessa forma ficou com cláusula suspensiva por não atender à Portaria.

O DENOX, autarquia federal ligada ao Ministério da Integração, já iniciou processo de prorrogação para mais 15 anos onde, segundo informação da UGP/Recife, desde já autoriza o IPA a iniciar a execução da obra dos poços para o plantio das palmas.

Durante a missão foi feita consulta à Assessoria Jurídica da SEAD para verificar se esta ação é válida.

Suscitaram até inserir uma cláusula no Termo de Sessão de Uso da Terra informando que este está atrelado ao prazo do Convênio com o IPA que finda em 2020, mas por fim chegaram à conclusão que o que daria respaldo jurídico seria agilizar o novo Termo para atender ao prazo da Portaria.

O Convênio está em condição suspensiva e isso somente caíra com um termo de sessão de uso de 20 anos em atendimento à mencionada Portaria, mesmo considerando que o Convênio com o IPA tem duração somente até 2020.

Resolvendo essa pendência jurídica poderão ser executadas as atividades previstas, relativas à implantação de poços e o plantio das palmas.

Estas atividades envolvem uma adequada logística pois, a produção ocorrerá em Recife, mas a entrega das palmas será em níveis estaduais. Dessa forma, após as reuniões realizadas com o IPA, ASJUR, UGP e SEAD a missão recomendou uma força-tarefa para agilizar os trâmites possíveis da licença para o uso da terra completando os 20 anos e que fosse estipulado novo cronograma de produção e entrega, contendo informações de logística necessárias ao atendimento dos resultados esperados.

5. Revisão do progresso da implementação do Plano de Aquisições

A missão identificou que houve grande progresso de implementação do Plano de Aquisições, após longo período de atraso na execução. Atualmente a maior parte das atividades já foram licitações e contratadas, cabendo à SEAD e à UGP acompanhar a gestão e monitorar os resultados esperados.

Porém, falta ainda concretizar a ação prevista no âmbito do convênio com o IPA, que ainda não licitou a instalação dos poços para irrigar as palmas e nem mesmo iniciou o plantio. A missão recomenda que continue sendo dada atenção ao Convênio como o IPA, considerando o tempo exíguo do PDHC II e o espaço de tempo que é necessário para a produção, colheita, entrega e plantio por parte dos beneficiários da Palma Forrageira que receberão.

6. Sistema Nacional de Aquisições e Contratações

Aquisições e Contratações seguem o Sistema Nacional de Aquisições e Contratações devido assim ter sido permitido no desenho do Projeto. E nesse ínterim essas aquisições e contratos estão passíveis de auditorias federais, que para o PDHC são realizadas pela Ciset – Secretaria de Controle Interno que atua nos projetos vinculados à Casa Civil da Presidência da República, como o PDHC II.

7. Conformidade dos processos de licitação e qualidade da documentação

Quanto à conformidade dos processos de licitações, por ser descentralizada a execução, foi analisado o regimento nacional respectivo a cada entidade.

No âmbito do TED com a UNB foi verificado que a FUNAPE contratou por meio do Edital 001/2018 de Técnica e Preço a COOPERFRENTE, para realizar a coleta de dados sócio econômicos, ambientais, políticos, produtivos e informações legais com elaboração e relatórios. Esta seleção ocorreu com base no Decreto nº 8.241 de 21/05/2014.

O Decreto menciona que as seleções públicas serão divulgadas no site eletrônico da fundação de apoio e no portal de compras do Governo Federal, porém, no processo administrativo foi identificada somente a publicação no site da FUNAPE.

Houveram apenas duas proponentes que foram avaliadas tecnicamente, sendo vencedora a COOPERFRENTE, atendendo aos requisitos do edital.

Foram licitados pela FUNAPE (i) a Ferramenta Tecnológica para avaliar e monitorar as políticas públicas de ATER no âmbito do PDHC, onde foi contratada a empresa WEBSIS, por menor preço global, com licitação divulgada no site da Fundação, e (ii) empresa de organização de eventos para apoiar as oficinas e capacitações nos onze estados de atuação do PDHC, cujo certame está em vias de adjudicação de proponente vencedora. A missão recomenda que caso haja outras contratações, que a FUNAPE dê divulgação mais ampla aos certames para o PDHC também no portal do Governo Federal, proporcionando assim maior concorrência.

8. Cumprimento de cláusulas contratuais

As cláusulas do Acordo de Empréstimo em relação ao envio do POA/PAC e dos relatórios de progresso semestrais foram sendo cumpridas, mas não foi atendido o prazo de entrega do relatório de auditoria, que após reunião com a Ciset ficou conciliado o envio ao FIDA até 31 de outubro de 2018.

Por ser execução descentralizada e assim ter ficado acordado anteriormente com a SEAD, somente foram inseridas as Cláusulas de Combate à Fraude e à Corrupção no TED com a UNB, no Contrato de Gestão com a ANATER e no Termo de Convênio com o IPA. Os demais contratos provenientes desses documentos não possuem as cláusulas.

O quadro a seguir detalha a conformidade de atendimento das cláusulas contratuais do Acordo de Empréstimo.

Cumprimento das Cláusulas Contratuais. Estado de Implementação em julho 2018.

Projeto : Dom Helder Câmara II (Articulação e diálogo sobre políticas para reduzir a pobreza e desigualdade no Nordeste Semiárido)

Empréstimo FIDA nºs. 2000000436 e 2000000437

Cláusulas do Contrato de Empréstimo

| Sección | Cláusula | Data prevista | Situação/Data do cumprimento | Observações |
|-----------------------|---|----------------------|------------------------------|---|
| Seção B, 7 | Conta Operativa. O mutuário deverá ter uma Conta Operativa e a partir daí manter em um banco comercial aceito pelo Fundo, para recebimentos dos fundos do empréstimo e Contrapartida | permanente | cumprido | O Projeto possui a conta operativa gráfica a conta única do tesouro para pagamentos dos fundos da contrapartida |
| Seção B, 8 | Conta Designada. O mutuário deverá abrir a Conta Designada e manter em nome do mutuário. | permanente | cumprido 31/10/2014 | As Contas Designadas foram abertas no Banco do Brasil |
| Seção B, 9 | Contrapartida. Durante o período de execução do projeto, o mutuário deverá prover fundos de contrapartida oriundas de seus próprios recursos em um montante de USD 42,000,000. Obs. contrapartidas adicionais no PDR: USD 40.100.000 de outras fontes do governo(SAF/INCRA) e USD 25.168.325 dos beneficiários. | anualmente | em cumprimento satisfatório | Contrapartida do governo (próprias da UGP e de outras fontes) = USD 16 milhões Contrapartida dos beneficiários = zero |
| Seção C,1 | Agência Líder. A responsabilidade pela execução do projeto é exercida pelo MDA. | anualmente | cumprido | A UGP foi estabelecida por meio da Port MDA nr 73 de 23/out/14 . art 1º. Porém houve um ajuste na estrutura do Governo e a Agência Líder passou para a Secretária Especial da Presidência da República |
| Seção E, 1 | Manual de Implementação/Operações do Projeto. O MIP/MOP não foi desconsiderado, suspenso, cancelado, alterado ou modificado sem a devida anuência do Fundo. | permanente | cumprido | Manual Financeiro disponível |
| Seção E, 2 | Condições de Desembolso. As condições específicas para desembolsos foram cumpridas | no início do projeto | cumprido | |
| Anexo 1, II, 2 | Agência Executora. A Agência Executora é a SDT. | permanente | cumprido | Port MDA nr 73 de 23/out/14 Na nova estrutura é a SDR/SDA |
| Anexo 1, II, 3 | Estrutura da UGP. A UGP foi estabelecida, em Recife e seu | permanente | cumprido | Port MDA nr 73 de 23/out/14 art. 1 |

| Sección | Cláusula | Data prevista | Situação/Data do cumprimento | Observações |
|------------------------|--|---------------|------------------------------|--|
| | Coordenador foi indicado e o pessoal-chave foi contratado. 11 Unidades Territoriais estabelecidas. | | | Pessoal chave disponibilizado |
| Anexo 1, II, 4 | Comitê Executivo. O Comitê está estabelecido e operante | permanente | cumprido | Port SEAD/Presidência da República nr 231 de 12/abr/18 Membros designados com reuniões agendadas. |
| Anexo 1, II, 5 | Comitê Gestor. O Comitê está estabelecido e operante com pelo menos uma reunião anual | permanente | cumprido | Port SEAD/Presidência da República nr 233 de 12/abr/18 Membros designados com reuniões agendadas. |
| Anexo 1, II, 4 | Comitês Territoriais: Estão constituídos e operacionais. Aprovam o a sua parte no POA | permanente | cumprido parcialmente | Atividades de campo ainda incipientes. Não aprovam a sua parte no POA |
| Anexo 1, II, 16 | MIP. O Projeto tem sido executado conforme o MIP. Este está elaborado e possui todas as informações estabelecidas no Contrato. | permanente | cumprido | |
| Anexo 2, 1 | Gastos Admissíveis. Os Gastos Admissíveis tem sido financiadas nos montantes, porcentagens e definições conforme indicadas no Anexo 2 do contrato de empréstimo | permanente | cumprido | Gastos somente em custos operacionais |

Cláusulas das Condições Gerais

| Seção | Cláusula | Data prevista | Situação/Data do cumprimento | Observações |
|------------------------------|--|-------------------|------------------------------|-------------------------------------|
| Seção 4.02, b) das CG | Pré-requisitos de Saque. Nenhum saque será efetuado sem a aprovação do primeiro POA e de todas as condições especificadas no Contrato de Empréstimo | anualmente | cumprido | |
| Seção 4.04, b) das CG | Carta de Assinaturas. Envio da Carta de Assinaturas para solicitação de Pedidos de Saque | anualmente | cumprido | Atualizada em novembro 2017 |
| Seção 4.04, c) das CG | Documentos de justificação. Apresentação dos documentos e meios de comprovação exigida junto aos Pedidos de Saque | anualmente | cumprido | |
| Seção 4.04, d) das CG | Conta Designada. O mutuário devera abrir e a partir daí manter em um banco comercial proposto pelo Mutuário e aceito pelo Fundo. | início do projeto | cumprido | Contas (Dólar e Euro) abertas no BB |
| Seção 4.08, a) das CG | Os Gastos Admissíveis tem sido financiadas: | anualmente | cumprido | . |

| Seção | Cláusula | Data prevista | Situação/Data do cumprimento | Observações |
|-----------------------------------|--|-------------------|------------------------------|---|
| | i) sobre custos razoáveis e contratados conforme Diretrizes do FIDA; ii) Durante o período de execução do projeto, salvo os gastos de encerramento que poderão ser efetuados após a data de conclusão e antes da data de encerramento; iii) Por partícipe do Projeto; iv) Realizada até o montante e a porcentagem indicada no Contrato de Empréstimo; | | | |
| Seção 7.01, b) (ii) das CG | Plano Operativo Anual. Antes de cada ano do projeto, a UGP deverá , se necessário, apresentar a minuta do POA ao órgão de supervisão designado pelo mutuário para a sua revisão . Após a revisão A UGP deverá apresentar a minuta do POA ao Fundo para comentários. .A UGP deverá adotar o POA na forma aceita pelo Fundo. | anualmente | cumprido | POA 2018 apresentado a tempo. Sem apreciação do Comitê Gestor |
| Seção 7.05 das CG | Aquisições e contratações em conformidade com as normas do FIDA e Carta ao Mutuário | anualmente | não aplicável | Utilização das normas nacionais conforme Memorando, por questões estratégicas e segundo a convenção de Accra |
| Seção 7.06 das CG | Uso de bens e serviços. Bens, serviços e instalações são utilizados exclusivamente para os fins do Projeto | anualmente | cumprido | Percebe-se que sim. |
| Seção 7.07 das CG | Manutenção. Instalações e obras em condições de manutenção aceitáveis | anualmente | cumprido | Percebe-se que sim. |
| Seção 7.11 das CG | Pessoal-chave do Projeto. O mutuário designará o Diretor e pessoal-chave do Projeto na forma especificada no Contrato de Empréstimo, com qualificações e experiência adequadas aprovadas pelo Fundo, mantê-los durante todo o período de execução do Projeto, e assegurados contra riscos de saúde e acidentes nos termos das práticas da administração pública nacional. | anualmente | | Gerente Adm-financeiro atende. |
| Seção 8.01 das CG | Registros e documentação. Os registros e documentação são adequados, refletem as operações relativas à execução do Projeto, e são mantidos arquivados em instalações adequadas. | anualmente | cumprido | Documentação financeira atende. |
| Seção 8.02 a) das CG | Sistema de Gestão de Informações adequado, satisfatório e operacional em conformidade com as Diretrizes de Avaliação de Projetos do FIDA | início do projeto | cumprido parcialmente | O Sistema governamental SIAFI permite a contabilização segregada dos recursos e geração de SOES. Contudo a extração dos demais relatórios de prestação de contas e |

| Seção | Cláusula | Data prevista | Situação/Data do cumprimento | Observações |
|-----------------------------|--|--------------------------------------|------------------------------|--|
| | | | | Demonstrações contábeis ao FIDA é elaborado em excel. |
| Seção 8.03 a) das CG | Relatórios de Progresso. O mutuário enviará periodicamente (semestral) o respectivo relatório com conteúdo adequado. | semestral até 45 dias após | cumprido | |
| Seção 8.03 b) das CG | Revisão de Meio Período. O mutuário junto ao FIDA realizam um revisão de meio período. | no terceiro ou quarto ano do projeto | cumprido | Em julho 2018 |
| Seção 8.04 das CG | Relatório de Conclusão do Projeto. O mutuário enviará semestralmente o respectivo relatório com conteúdo adequado. | no sexto ano de projeto | não se aplica | Previsto para 2021 |
| Seção 9.01 das CG | Registros Financeiros. Os executores utilizarão contas e registros específicas e adequados para refletir de forma segregada, as operações, recursos e gastos relativos ao Projeto | anualmente | cumprido parcialmente | Os registros das contrapartidas em bens e serviços economicamente mensuráveis (in kind) não são contabilizadas via sistema . |
| Seção 9.01 das CG | Demonstrações Financeiras. O mutuário deverá elaborar as demonstrações financeiras das operações, recursos e despesas relativas ao projeto a cada exercício fiscal, apresentando essas demonstrações financeiras ao Fundo no prazo de <u>quatro meses contados do final desse período.</u> | anualmente | cumprido parcialmente | Enviadas fora do prazo 19/6/2018 Necessitam demonstrar todas as fontes e todas despesas nas diversas moedas. |
| Seção 9.03 a) das CG | Auditoria das Contas. O mutuário fará com que as demonstrações financeiras sejam auditadas a cada exercício fiscal por Auditores Independentes aceitáveis ao Fundo de acordo com as Diretrizes do FIDA para auditoria de projetos, de uso dos mutuários. | anualmente | não cumprido | Auditoria 2017 não realizada. Previsão de consequências para o Projeto e para a carteira Brasil |
| Seção 9.03 b) das CG | Relatório de Auditoria. O mutuário deverá enviar uma cópia certificada do respectivo relatório ao Fundo e dentro do prazo de seis meses do final da cada exercício fiscal. Submeterá também ao Fundo a resposta à Carta Gerencial emitida pelos auditores, dentro de um mês após recebe-la. | anualmente | não cumprido | REAUD dos anos de 2014/15/16 emitiu abstenção de opinião – Foi solicitado novo REAUD ou auditoria REAUD não entregue |
| Seção 9.04 a) das CG | Outros Relatórios Financeiros/Técnicos. O mutuário enviará ao Fundo prontamente os demais relatórios que o Fundo razoavelmente solicite sobre qualquer assunto financeiro relacionado ao Projeto | anualmente | cumprido | Relatórios Semestrais Financeiros entregues |
| Seção 10.03 das CG | Avaliações. O Mutuário e cada parte do Projeto deverão facilitar todas as avaliações e análises de Projeto que o Fundo possa eventualmente realizar durante a execução do projeto, e durante dez anos após essa data. | anualmente | cumprido | |

Appendix 4: Technical Background Analysis

Appendix 4a: Alterações no Marco Lógico do Projeto

O marco lógico do projeto foi modificado com o objetivo de atender as novas ações e atividades a serem realizadas no momento pós RMT.

Seguem abaixo os indicadores originais, suas respectivas alterações e a justificativa adotada.

| COMPONENTE | INDICADOR ORIGINAL | INDICADOR REFORMULADO | JUSTIFICATIVA |
|---------------------|--|---|--|
| COMPONENTE 1 | Melhor articulação de políticas públicas em nove Territórios da Cidadania de sete estados do Nordeste | Melhor articulação de políticas públicas nos estados de atuação do Projeto. | O Projeto atuará em 11 estados, não apenas na região nordeste. |
| | Maior participação de organizações da sociedade civil nos Colegiados Territoriais | Maior participação de organizações das institucionalidades representativas locais no âmbito do Projeto | Ampliação do foco de atuação, envolvendo outras instâncias. |
| | Aumento do valor e número de projetos de investimento territorial gerados nos Colegiados Territoriais e implementados | Aumento do valor/número de projetos de investimento, infraestrutura e serviços | Destacar o investimento previsto para ser realizado pelo Proinf |
| | Aumento de 30% no número de representantes de mulheres e comunidades tradicionais participando nos Colegiados Territoriais | Aumento de 30% no número de representantes de mulheres e comunidades tradicionais participantes em instâncias colegiadas. | O projeto atuará com as instâncias colegiadas |
| COMPONENTE 2 | 770 comunidades e assentamentos da reforma agrária com demandas qualificadas sobre programas públicos | 54 comunidades quilombolas e indígenas beneficiadas pelo Projeto | O PDHC II não pode atuar em assentamentos da reforma agrária. O indicador foi substituído para sobressair o atendimento às comunidades tradicionais. |
| | 6.000 líderes de comunidades rurais e assentamentos da reforma agrária capacitados | 6.000 líderes de comunidades rurais capacitados | O PDHC II não pode atuar em assentamentos da reforma agrária. |
| | 500 organizações comunitárias e 27 | Indicador removido do | Não haverá atuação |

| COMPONENTE | INDICADOR ORIGINAL | INDICADOR REFORMULADO | JUSTIFICATIVA |
|---------------------|---|---|--|
| | organizações econômicas com estrutura organizacional, personalidade jurídica e sistemas de governança | marco lógico | direta do projeto sobre o fortalecimento das associações de moradores. |
| | 300 organizações comunitárias participam em Colegiados Territoriais; | 300 organizações comunitárias participam em instâncias colegiadas | O projeto atuará com as instâncias colegiadas |
| COMPONENTE 3 | 27.000 famílias acessam AT e 23.500 acessam investimentos produtivos (10.000 acessam fundos não reembolsáveis e 13.500 acessam crédito), pelo menos 80% aumentam sua produção | 60.000 famílias acessam AT: Dos quais 17.700 acessam fundos não reembolsáveis (programa Brasil Sem Miséria (BSM)), 13.500 acessam crédito, Pelo menos 80% aumentam sua produção | O projeto aumentou a presença da assistência técnica. Não haverá o investimento produtivo coletivo via PIP, e a meta foi alterada para o investimento produtivo individual via BSM |
| | Pelo menos 13.500 famílias diversificam seus sistemas produtivos | Pelo menos 20.000 famílias diversificam seus sistemas produtivos. | Há a expectativa de ampliar este resultado, uma vez que o nº de beneficiários por AT ampliou |
| | Pelo menos 13.500 famílias introduzem pelo menos um novo produto | Pelo menos 20.000 famílias introduzem pelo menos um novo produto | Há a expectativa de ampliar este resultado, uma vez que o nº de beneficiários por AT ampliou |

Appendix 5: Mission Preparation and Planning, TORs, Schedules, People met.

Integrantes da missão: Claus Reiner – Diretor País (CD), Hardi Vieira – Oficial de Programas (CPO), Emmanuel Bayle – Coordenador Técnico da Missão, Danilo Pisani – Especialista em Gestão Financeira, Lucianna Matte - Especialista em Aquisições e Contratações, Pietro Simoni – Especialista em Infraestrutura Rural e Rodrigo Dias – Especialista em Planejamento e Monitoramento e Avaliação (M&A).

Para acompanhar o Projeto, o FIDA realizou a revisão de meio termo (RMT) entre 23 de julho e 03 de agosto de 2018 tendo realizado visitas aos estados de Pernambuco e Ceará, além de reuniões em Brasília com o Governo Federal. Durante a missão, houve reuniões na UGP em Recife e com vários parceiros chaves incluindo agências públicas de ATER (IPA, EMATER-PB, EMATERCE e AGERP), entidades de ATER do terceiro setor (Centro Sabiá e CACTUS), visitas a duas comunidades beneficiárias no Ceará nos municípios de Madalena e Sobral, além de reuniões com o Governo Federal incluindo a SEAD, ANATER, MDS, Tesouro Nacional, SEAIN, UnB e BNDES.

Missão de Revisão de Meio Termo do Projeto Dom Helder Câmara II (PDHC II)

Período: 23 a 24/07 (Recife); 25 a 29/07 (Fortaleza); 30/07 a 03/08/2018 (Brasília)

| Dia | Manhã | Tarde |
|------------------|---|---|
| 23/07 Segunda | Chegada da Missão do FIDA em Recife (Hotel Bugan Recife By Atlântica) 09h - Reunião com Secretário da Secretaria da Agricultura e Reforma Agrária (SARA) , Pernambuco (Claus e Hardi) | UGP Recife 14h – Abertura da missão na UGP Apresentação geral sobre o estágio do projeto e as projeções para os próximos 2 anos 16h30 - Reunião com o Coordenador da Articulação do Semiárido (ASA) - na UGP |
| 24/07 Terça | UGP Recife 9h - Reunião com IPA, EMATER PB e entidades selecionadas do Edital PB e PE - Reunião com Projeto Monitora - Reunião com Setor financeiro - Reunião com setor de licitações e aquisições 09h VC com ICRAF (Claus e Hardi) - Deslocamento para Brasília de Claus Reiner e Hardi Vieira | UGP Recife 14h - Reunião com IPA, EMATER PB e entidades selecionadas do Edital PB e PE. - Reunião com Projeto Monitora - Reunião com Setor financeiro - Reunião com setor de licitações e aquisições Brasília - Reunião SAIN/Fazenda e reunião SEAIN/Planejamento de Claus Reiner e Hardi Vieira. <u>Final da tarde deslocamentos</u> - Recife – Fortaleza (parte equipe FIDA) – Hotel Luzeiros. |
| 25/07 | INCRA Fortaleza | Reunião interna de nivelamento |

| Dia | Manhã | Tarde |
|------------------|---|--|
| Quarta | 9h - Reunião com Projeto Monitora; - Deslocamento de Brasília para Fortaleza de Claus Reiner e Hardi Vieira | 14h00 (equipe da RMT) Hotel Luzeiros |
| 26/07 Quinta | <p>Visita a Campo: Grupo 1 <u>Deslocamento:</u> Fortaleza – Sobral: 240km/3h30min Saída: 5h <u>Comunidade:</u> Carúbas (31km da sede) <u>Atividades:</u> Agricultura de sequeiro (subsistência), Criação de aves e de suínos. Famílias na comunidade: 11 Retorno para Fortaleza: 14h</p> <p>09h- Reunião com Secretário da Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) 11h - Reunião com CACTUS (entidade de AT)</p> | <p>Visita a Campo: Grupo 2 <u>Deslocamento:</u> Fortaleza – Madalena: 190km/3h Saída: 5h <u>Comunidade:</u> Pau Darcil (36km da sede) <u>Atividades:</u> Agricultura, Cajucultura, Criação de pequenos animais. Famílias na comunidade: 48 Retorno para Fortaleza: 14h</p> <p>Banco do Nordeste (BNB) 17h – Reunião com Banco do Nordeste (BNB), Diretoria de Planejamento</p> |
| 27/07 Sexta | 09h00- Reunião com Universidade de Brasília (UNB) Hotel Luzeiros | Reunião com SDA e EMATERCE (PDHC II) |
| 28/07 Sábado | Hotel Luzeiros Reunião interna FIDA | Hotel Luzeiros Elaboração da Minuta do Memorando |
| 29/07 Domingo | Hotel Luzeiros Elaboração da Minuta do Memorando Deslocamento Fortaleza- Brasília (Hotel Cullinan) | Hotel Luzeiros Elaboração da Minuta do Memorando Deslocamento Fortaleza- Brasília (Hotel Cullinan) |
| 30/07 Segunda | <p>SEAD 09h - CGPP, UGP, CONDEF, Gabinete e Hur Bem Definir reuniões Bilaterais. IPC 10h – IPC/PNUD (Rodrigo) Bilaterais: 11h - Bilaterais</p> | <p>UNB em Planaltino 14h – TED-UNB (Aquisições e financeiro - Lucianna e Danilo) 16h – Financeiro - CGPP, SPG e UGP (Danilo e Hardi) Reunião Sabia (14 h no hotel – Hardi, Pietro e Manu)</p> |
| 31/07 Terça | <p>SEAD 08H – Reunião sobre M&A e Marco Lógico na SEAD (Rodrigo) 09h – Auditoria 2017 Ciset / Controle Interno (Danilo, Hardi) 10h - financeiro (Danilo e Firmino) 10:00 – MDS (Hardi e Manu)</p> | <p>SEAD 14h – DATER - Contrato de Gestão ANATER (toda a equipe) 15h – ANATER - Andamentos ANATER 16:00 – ASJUR (no Bloco A na esplanada) 18h – Gestão de conhecimento (Pietro)</p> |

| Dia | Manhã | Tarde |
|-----------------|--|---|
| | | |
| 01/08 Quarta | Hotel Culinan Elaboração do Memorando | Hotel Culinan Elaboração do Memorando 13h - Envio do Memorando ao Projeto 14h – Reunião financeiro (Firmino e Danilo) Até as 16 horas envio para o Rodrigo as notas do ORMS. |
| 02/08 Quinta | 09h - Ajustes no memorando da missão (SDR/SEAD) 10h - Assinatura do Memorando da missão com o Secretário Especial | Escritório do FIDA 14:00 - Reunião sobre Fundo de Garantia com SEAD e BNDES (em VC) 15:30 - Reunião interna FIDA: Elaboração ORMS e revisão das notas |
| 03/08 Sexta | Hotel Culinan Elaboração do ORMS Seguimentos da missão | 12h - Fim da missão |

Termos de Referência dos Membros da Missão.

Os TdR dos membros da equipe técnica contratada para os trabalhos da missão encontram-se abaixo.

Emmanuel Bayle – Coordenador Técnico da Missão

- i. Rever os documentos de elaboração do projeto, memorandos da missão de supervisão, memorando de implementação a missão de apoio e assistência a outra documentação relevante;
- ii. Apoio aos instrumentos de planejamento de longo prazo como o quadro lógico, Plano Plurianual, Plano Operativo Anual (POA), Plano de Aquisições (PAC): status de implementação 2017 e proposta para 2018;
- iii. Analisar a estratégia do Projeto sobre Assessoria Técnica e o contrato em vigor e seu status com as entidades de AT, incluindo a operacionalidade do edital para AT;
- iv. Medir o desempenho das entidades de AT e com as agências públicas de AT;
- v. Revisar a parte relativa a meio ambiente e sustentabilidade;
- vi. Revisar a parte de acesso a mercados e investimentos produtivos;
- vii. Coordenar a preparação dos aportes dos membros da missão garantindo coesão e alinhamento de acordo com a estratégia delineada no desenho do PDHC e/ou nos acordos de missões anteriores;
- viii. Revisão da execução do POA/PAC 2018.

Pietro Simoni – Especialista em Desenvolvimento Rural

- i. Rever os documentos de elaboração do projeto, memorandos da missão de supervisão, memorando de implementação a missão de apoio e assistência a outra documentação relevante;
- ii. Apoio aos instrumentos de planejamento de longo prazo como o quadro lógico, Plano Plurianual, Plano Operativo Anual (POA), Plano de Aquisições (PAC): status de implementação 2017 e proposta para 2018;
- iii. Avaliar a estratégia e implementação relativo ao componente social, de capacidades e de mobilização social;

- iv. Avaliar estratégia de acesso a políticas públicas no marco do projeto e propor recomendações para sua melhor efetividade;
- v. Revisão da execução do POA/PAC 2018

Rodrigo Dias – Especialista em Planejamento, Monitoramento e Avaliação (M&A)

- i. Revisão dos documentos de concepção do projeto, incluindo: indicadores e marco lógico, memorandos da missão de supervisão, memorando da implementação missão de apoio, e outra documentação relevante, e aplicação e ajustes do ORMS;
- ii. Revisar adequação dos indicadores ao POA, incluindo a devida codificação das atividades do Projeto;
- iii. Avaliação dos principais produtos e avanços do Projeto;
- iv. Revisar os processos de Planejamento e Monitoramento do projeto, incluindo processos participativos;
- v. Revisar inserção dos indicadores do marco lógico no sistema ORMS, incluindo avanços em relação ao POA e às metas do desenho;
- vi. Revisar o estudo da linha de base do Projeto e o seu relatório e o desempenho da empresa contratada;
- vii. Revisão dos relatórios técnicos de progresso;
- viii. Preparar toda parte relativa a gestão do conhecimento, disseminação e focalização (gênero, juventude, etc);
- ix. Preparar o quadro de plano de tarefas/acordo FIDA-SEAD/PDHC, e avaliar a implementação dos acordos da última missão de 2017 até o momento;
- x. Revisão da execução do POA/PAC 2018.

Danilo Pisani - Especialistas em Gestão Financeira

- i. Avaliar a qualidade de pedidos de desembolso, considerando os tipos de pagamento (depósito inicial, conta especial de reposição, pagamento direto, e reembolso) e monitoramento dos desembolsos e as tendências de cada projeto e carteira por país;
- ii. Apoio na revisão do relatório apresentado e as suas conclusões;
- iii. Conduzir Avaliação da Gestão Financeira do Projeto e identificação de riscos e medidas para melhorar o sistema de gestão financeira;
- iv. Apoio na revisão e processamento de pagamentos, excluindo as atividades enumeradas;
- v. Apoiar a revisão e análise dos cortes financeiros de gestão de relatórios, contratos de financiamento, manuais de operação, cartas ao mutuário / beneficiário e outros;
- vi. Melhorar a capacidade de projetos em gestão financeira e compreensão dos procedimentos, requisitos e políticas do FIDA nesta área;
- vii. Revisão da execução do POA/PAC 2018;
- viii. Avaliar a questão de contribuição da contrapartida
- ix. Fornecer informações relevantes na elaboração do ORMS;

Lucianna Matte - Especialistas em Contratações e Aquisições

- i. Verificar a elegibilidade das despesas apresentadas nos pedidos de desembolso, considerando o POA e plano de aquisições e recomendações para adequações. Análise dos pedidos e recomendação de não objeção;
- ii. Controle da correta aplicação das orientações e normas do FIDA e procedimentos acordados para a execução na carta para o mutuário, manuais, regulamentos e outros documentos normativos. (Contratos com organizações da população-alvo, contratação com fornecedores de bens - obras - serviços).

- iii. Avaliação dos avanços na estrutura do Projeto, incluindo temas de escritórios, pessoal, equipamento, veículos etc;
- iv. Avaliar e revisar o contrato de gestão com ANATER e agências públicas de ATER, UNB e IPA;
- v. Análise e apoio à preparação e implementação de planos operacionais anuais e contratos;
- vi. Apoiar no monitoramento do cumprimento das condições contratuais e aplicação adequada das orientações e procedimentos do FIDA e regras acordadas para compras e contratos;
- vii. Apoiar e monitorar a implementação adequada das orientações do FIDA e os procedimentos e normas acordadas;
- viii. Avaliar a equipe do PDHC e seu alinhamento com TdR da contratação, organograma e processos seletivos, etc;
- ix. Análise do sistema de aquisição e processo de fluxo de projetos individuais;
- x. Revisão da execução do POA/PAC 2018.



**Fundo Internacional
de Desenvolvimento Agrícola**

Via Paolo di Dono, 44

00142 Roma, Itália

Telefone: +3906 54591

Fax: +3906 5043463

E-mail: ifad@ifad.org

www.ifad.org